

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.400 - RS (2019/0297689-0)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
YARA NASARIO - RS014162
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : ELISEU FLORES DOS SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido de liminar, impetrado em benefício de ELISEU FLORES DOS SANTOS, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, proferido no julgamento do Agravo em Execução n. 0145697-18.2018.8.21.7000.

Extrai-se dos autos que o Juízo das Execuções deferiu pedido de progressão de regime prisional e prisão domiciliar pretendido pela defesa.

Diante disso, o *Parquet* interpôs agravo em execução, argumentando pela inexistência de prova segura acerca do preenchimento do requisito objetivo.

O recurso foi provido, nos termos de acórdão que recebeu a seguinte ementa (fls. 111/117):

AGRAVO EM EXECUÇÃO (ARTIGO 197, DA LEP). CRIME DOLOSO CONTRA A VIDA. PROGRESSÃO DE REGIME. INCONFORMIDADE MINISTERIAL. Me coaduno com o posicionamento de que, ainda que o apenado já tenha sido beneficiado com progressão de regime anterior - tenha ela sido cassada ou trate-se de uma segunda progressão - o requisito temporal exigido para a concessão da benesse segue sendo o de 2/5 (já que o réu é primário), tal como previsto no artigo 2º, §2º, da Lei nº 8.072/90.

Assim, o que se extrai da leitura do referido diploma legal é que o aumento do período estipulado para obtenção de progressão é uma das consequências da hediondez do delito praticado e, portanto, se aplica a toda e qualquer progressão pleiteada (seja do fechado para o semiaberto, seja do semiaberto para o aberto, ou seja também nas hipóteses em que o réu já adimpliu anteriormente o requisito para a progressão de regime, mas tal progressão restou cassada).

Superior Tribunal de Justiça

Em suma, deve ser usado o mesmo critério de aferição do lapso temporal necessário para a concessão do benefício em todas as progressões, e não somente na primeira. Assim, deve ser reformada a decisão hostilizada. AGRAVO PROVIDO.

No presente *mandamus*, a defesa alega que estão presentes todos os requisitos necessários para a manutenção do paciente no regime ao qual foi progredido, seja de ordem temporal, seja de ordem subjetiva.

Aponta que, para a progressão de regime do fechado ao semiaberto é necessário o cumprimento de 2/5 da pena mas, que, ao contrário do entendido pelo Tribunal *a quo*, para as demais progressões de regime apenas é necessária a implementação da fração de 1/6 da pena.

Requer, assim, em liminar, a suspensão dos efeitos do acórdão e, no mérito, sua cassação.

É o relatório.

Decido.

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do próprio Superior Tribunal de Justiça. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do *Parquet*.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar.**

Oficie-se à autoridade coatora, bem como ao juízo de primeiro grau a fim de solicitar-lhes as informações pertinentes, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no *site* do Tribunal, se for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 03 de outubro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

